

A Defensoria Pública e a Educação Digital



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1. As BETs são casas esportivas na internet, regulamentadas a partir de dezembro de 2023 com a sanção da Lei 14.790. Essa modalidade é denominada “aposta de quota fixa” e conta com um fator de multiplicação que define o valor a ser recebido caso o palpite esteja correto.



2. Embora regulamentadas no Brasil, a utilização das BETs por menores de 18 anos é ilegal. Também é proibido aos seus operadores realizar marketing em escolas e universidades ou promover apostas esportivas para crianças e adolescentes.

3. Embora haja proibição, tem sido cada vez mais frequente encontrar crianças e adolescentes fazendo apostas virtuais.

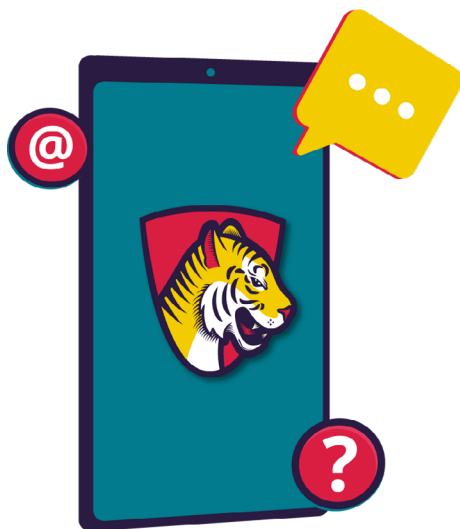
4. A exposição a apostas on-line é prejudicial em diversos níveis, sendo um incentivo à dependência, à impulsividade e ao descontrole financeiro, além de gerar ansiedade, afetar a saúde mental, o desempenho escolar e a socialização.



5. Muitos adolescentes ficam sabendo dos jogos por meio de influenciadores que eles acompanham no Instagram, TikTok ou YouTube ou por links disponíveis nas redes. Em razão disso, é muito importante acompanhar o conteúdo consumido por esse público, regrando também o tempo de permanência em frente às telas.

6. O fortalecimento do diálogo com a escola também se mostra importante, a fim de reforçar a proteção de crianças e adolescentes e evitar sua exposição aos ambientes de apostas.

7. O popularmente conhecido como **Jogo do Tigrinho** ganhou notoriedade no Brasil devido a relatos de pessoas que **perderam dinheiro** nos aplicativos e influenciadores envolvidos na divulgação do jogo ilegal. Apesar da divulgação em massa, o **jogo é proibido no país por ser classificado como "jogo de azar"**, conforme a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941). O cassino online funciona de maneira semelhante a uma máquina de caça-níqueis, onde o resultado depende puramente da sorte, reforçando sua ilegalidade.





Material produzido pela Assessoria de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Revisão de texto: Francielle Caetano
Projeto gráfico: Sandrine Knopp
Vetores: vectorjuice para Freepik



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NUDECA
Núcleo de Defesa
da Criança e
do Adolescente